



Projeto de Desenvolvimento

■ Estamos presos aos problemas de curto prazo e não discutimos e muito menos implementamos um projeto de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo para o Brasil. Como nos libertamos da armadilha do “curto-prazismo”?

Denise Gentil, da UFRJ, afirma que, sem radicalidade, não haverá projeto de desenvolvimento para o Brasil. É preciso travar a batalha de ideias entre os dois campos, o neoliberal e o progressista.

Rubens Sawaya, da PUC-SP, destaca que as estratégias de desenvolvimento dependem do momento histórico e passam pela industrialização com controle da tecnologia e produção por empresas nacionais.

Plínio de Arruda Sampaio, do Contrapoder, avalia que o controle monolítico do Estado por uma burguesia sem nexos moral com as classes subalternas compromete a possibilidade de um projeto de desenvolvimento nacional.

Ladislau Dowbor, da PUC-SP, enfatiza que os entraves para a implementação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil são de ordem política, e não econômica ou tecnológica.

Alexandre Freitas, da UFRRJ, defende a superação da “Convenção Neoliberal” por uma nova “Convenção Desenvolvimentista” para nos aproximarmos do futuro imaginado por Stefan Zweig em seu livro *Brasil, o País do Futuro*.

Paulo Kliass, especialista em políticas públicas, ressalta que o planejamento governamental, apesar de previsto na Constituição, é repudiado pelas elites e mídia. Um plano de desenvolvimento requer o abandono da política de austeridade fiscal.

Marta Skinner, professora aposentada, crê que será impossível reconquistar direitos sociais e trabalhistas, proteger a natureza e ter soberania internacional sem combater a desigualdade social.

Antonio Lacerda, do BNDES, acredita ser possível reverter a desindustrialização no país, que limita o desenvolvimento, com um ambiente macroeconômico favorável à produção e políticas de competitividade, inovação, educação e pesquisa.

Carmem Feijo, da UFF, argumenta que o resgate de políticas industriais articuladas com políticas macroeconômicas pró-crescimento é importante para sustentar o crescimento econômico e a descarbonização.

Maria Malta e Ian Horta, da UFRJ, julgam que um projeto de desenvolvimento é pouco, pois estará sempre atado às formas constitutivas da sociedade capitalista.

Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Niemeyer Almeida Filho.



Sumário

Sem radicalidade, não haverá projeto de desenvolvimento para o Brasil.....4

Denise Lobato Gentil

Desenvolvimento: por um projeto nacional não subordinado.....9

Rubens R. Sawaya

O ocaso do desenvolvimentismo..... 13

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Projeto de desenvolvimento para o Brasil: o desafio é político 18

Ladislau Dowbor

Em busca de uma nova convenção desenvolvimentista 22

Alexandre Freitas

Austeridade fiscal, planejamento e desenvolvimento 26

Paulo Kliass

O Projeto de Desenvolvimento – avanços e retrocessos 31

Marta Skinner

Desenvolvimento brasileiro e a (des)globalização 36

Antonio Corrêa de Lacerda

Como criar espaço de política para a economia brasileira recuperar dinamismo..... 41

Carmem Feijo

Freios e amarras estruturais dos projetos de desenvolvimento: é hora de voltar à prancheta..... 46

Maria Malta e Ian Horta

Dependência econômica, cultural e política no Brasil: a recorrente subordinação 51

Niemeyer Almeida Filho

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.



Sem radicalidade, não haverá projeto de desenvolvimento para o Brasil

Denise Lobato Gentil*

■ A economia mundial passa, nesta terceira década do século XXI, por uma profunda transformação que poderá ser interpretada pelos historiadores como uma virada na trajetória do capitalismo, principalmente após os vários terremotos causados pela recente eleição do presidente Trump nos Estados Unidos. Houve um grande acirramento nas disputas tecnológicas, comerciais, militares, financeiras e, sobretudo, pela hegemonia do dólar que deflagaram, definitivamente, as mudanças de rota da economia americana e da geopolítica global.

A tensão entre as duas grandes nações envolvidas nesse combate – China e Estados Unidos – resulta em grande aumento da pressão do centro hegemônico sobre os países periféricos. Em sua posição de superpotência global, os Estados Unidos impõem não apenas que se solidifique, para nós, a tradicional posição de colônia fornecedora de *commodities* minerais, energéticas e alimentícias a preços baixos, mas, também, contam com a complacência e aliança da elite dirigente local na exigência de retornos excepcionalmente elevados na esfera financeira. Taxas de juros atípicas para os padrões internacionais são utilizadas pela autoridade monetária





para compensar a tendência à queda da taxa de lucro estadunidense, que as guerras na Ucrânia e em Gaza apenas amenizaram, ao ativarem os gastos na cadeia produtiva do complexo militar-industrial.

O capital externo especulativo e a elite financeira local, além de taxas de juros excepcionalmente elevadas, impõem que esta renda de juros seja suficientemente crível, isto é, que o máximo de retorno lhes seja assegurado por forte repressão de despesas primárias, para que os gastos financeiros sejam considerados verossímeis aos olhos do mercado. A repressão fiscal é seletiva – afeta apenas os investimentos públicos e os gastos sociais. Mas o alvo não se limita a esses campos. Os apertos monetário e fiscal se destinam a provocar o resfriamento da economia com o intuito de controlar o mercado de trabalho, mantendo baixo o nível de emprego. Os salários achatados e a flexibilização devastadora do mercado de trabalho quebram a capacidade de resistência da classe trabalhadora, resultando em forte desmobilização sindical.

O resultado final é a transformação da economia brasileira em um subproduto da estratégia geopolítica dos Estados Unidos, desenvolvendo um regime de financeirização subordinada comandado pelas elites rentistas externa e doméstica e pelo setor exportador de *commodities*. Foi sendo germinado, por décadas, um acúmulo de poder político, institucional e econômico que assegura o vasto domínio dos interesses das finanças internacionais, à sombra da luta geopolítica dos Estados Unidos contra o surgimento de um mundo multipolar. Para manter a supremacia do dólar e a superioridade militar global, a potência hegemônica vale-se da agressividade bélica, das *proxy wars*, de revoluções coloridas, do *lawfare* e do aumento do cerco e vigilância ideológica sobre a periferia.

A financeirização comandada por juros elevadíssimos no Brasil conduziu a baixas taxas de crescimento e ao retrocesso acelerado da estrutura produtiva, que se expressa através da desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora. Os agentes econômicos preferem empregar seu dinheiro em títulos da dívida pública, ações, derivativos e outros ativos financeiros a ter que contratar trabalhadores para produzir mercadorias e serviços, que resultam em menor rentabilidade e maior risco.

Os indicadores econômicos mostram uma realidade desalentadora. Com a redução de longo prazo da taxa de lucro do setor produtivo, a indústria de transformação sofreu uma queda de participação no PIB de 27% em 1986 para 12% em 2022. A parcela de produtos industriais na cesta de exportação caiu de 75% em 2000 para 42% em 2021. Por outro lado, o patrimônio financeiro no Brasil cresceu 21% entre 2018 e 2024, tendo alcançado, em 2024, um valor sete vezes su-



de radicalidade, pois domesticam-se resistências e incapacita-se os trabalhadores de enfrentar a estrutura de poder dominante.

Os desafios para o desenvolvimento do Brasil são, sem dúvida, gigantescos. As ideias neoliberais adotadas pelos partidos de centro-esquerda esvaziaram as pretensões desenvolvimentistas da elite política e da tecnocracia confortavelmente alojada, hoje, no poder. Portanto, antes de tudo, são necessárias as ideias-força de desenvolvimento e nacionalismo, que envolvam enfrentamentos domésticos e uma estratégia geopolítica. Essas ideias-força virão de um amplo pacto social das majorias e da criação de uma cultura crítica ao neoliberalismo e ao poder imperial. Sem um poder decisivo de mobilização política, é impossível disseminar ideias que carreguem uma nova trama para o crescimento da nação.

É preciso travar, portanto, a batalha de ideias e de movimentos entre os dois campos, o neoliberal e o progressista, criando a polarização (hoje inexistente). A disputa precisa ser sustentada tanto na esfera pública, quanto nos níveis intelectuais, alcançando as redes sociais, para que seja desencadeada a capacidade de moldar uma nova história para o país.

A ruptura com a antiga ordem significaria, antes de tudo, romper com o consenso nacional em torno da austeridade fiscal, do regime de metas de inflação e seu Banco Central independente que, de todo o projeto neoliberal, são os ardis mais danosos à nação. Apesar disso, foram normalizados como grande unanimidade política entre direita e esquerda. Em tal situação, o surgimento de um projeto político transformador só poderá ser conduzido pelo Estado, dirigido pelas mãos da classe trabalhadora. A burguesia, que no passado levou à frente o processo de industrialização, não é mais portadora das transformações, porque é favorecida pelos juros altos e não está em condições de gerar essa tarefa histórica. Tem vantagens defendendo o regime de acumulação atual e se manterá onde está. Só o esforço engajado e combativo das forças populares e de sua tomada dos aparelhos de Estado podem ser capazes de varrer o neoliberalismo. O Estado poderá, então, fazer a função que, no passado, coube à burguesia industrial.

Quanto à estratégia geopolítica, a questão central que se coloca para a periferia é escapar do domínio do dólar. Essa tarefa é a mais complicada de todas. O seu enfrentamento não pode ficar restrito a um país. Tem que ser uma ação combinada e articulada com um bloco de países que rumam na mesma direção, porque os efeitos da crise dela decorrentes serão disseminados em toda a periferia e é necessário cooperação econômica entre os excluídos do processo global.

A desdolarização ainda está apenas no início e deve demorar a se concretizar. A própria China se move com cautela, mas o Brasil deve in-

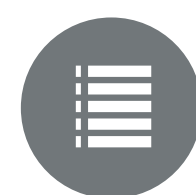


gressar na mobilização e participar do comércio regional com o uso de moedas alternativas. É fundamental desviar o fluxo comercial na direção da Ásia e dos países dos Brics, de forma a fazer intensa conexão como o Sul Global, principalmente com a China, mesmo enfrentando ameaças de tarifas dos Estados Unidos. Além disso, é importante participar e fortalecer politicamente a formação de um novo sistema monetário global para não ser vítima de pressões e retaliações dentro do Swift.

As demais estratégias que envolvem a política econômica adequada a um projeto de desenvolvimento já são muito conhecidas dos economistas, particularmente dos estruturalistas e marxistas, que estudaram esse processo a partir de uma visão anti-imperial e anti-hegemônica. Não cabe aqui elencá-las novamente. Apenas cabe ressaltar que sem regular a entrada e saída de capitais do país, será impossível termos um projeto de desenvolvimento soberano a partir do qual se possa controlar a vulnerabilidade externa. Só assim será viável a retirada do poder das finanças especulativas. E, por fim, mas não menos importante, é fundamental retomar o estímulo ao desenvolvimento da indústria de defesa que, ao mesmo tempo, dê suporte a um plano de soberania nacional e minimize as pressões do capital financeiro externo, que tem imenso poder nas disputas interestatais.

** É professora colaboradora do Instituto de Economia da UFRJ.*





chegou a rivalizar e disputar o espaço global com os EUA e a Europa na década de 1980. As grandes corporações japonesas disputavam com as corporações dos EUA e Europa – como por exemplo entre Toyota e General Motors. O Japão perdeu a batalha pelo controle do mundo, mas tornou-se um país extremamente desenvolvido em todos os sentidos. Hoje é uma sociedade rica e uma das mais igualitárias do mundo. Os EUA ganharam a disputa na época e garantiram seu lugar hegemônico, mas sem nunca atingir o nível de desenvolvimento social do Japão com capitalismo administrado pelo Estado.

Na década de 1990 o mundo mudou. O neoliberalismo tornou-se a ideologia do capital, com a função de abrir espaço para a reestruturação produtiva mundial das grandes corporações transnacionais. O Japão entrou de forma marginal nessa nova onda, sem renunciar ao controle nacional sobre seu capital produtivo. O Brasil, por outro lado, aderiu ao neoliberalismo e viu sua estrutura industrial, fundada no grande capital estrangeiro, escorrer por entre os dedos. Apenas para demarcar o processo de desindustrialização, em 1994, a indústria nacional de autopeças – subordinada à cadeia de valor controlada pelo capital estrangeiro – era responsável por 52% do faturamento do setor; em 2002 caiu para pouco mais de 20% e grande parte do fornecimento de autopeças hoje é importado, principalmente as de elevado valor agregado e tecnologia.

A China foi quem se beneficiou do processo de globalização dos anos 1990. Sua estratégia foi baseada em engenharia reversa, mas diferente do Japão, atraiu o grande capital estrangeiro em sistema de *joint venture* com 50% do capital chinês e 50% estrangeiro. Seus engenheiros, muitos funcionários do Estado, acompanhavam o processo de produção desde a terraplanagem. As empresas estrangeiras de elevada tecnologia que quisessem vender para a China deveriam se instalar em território chinês nestas bases. Na onda de privatizações, não cedeu o controle de empresas-chave, localizadas nos núdulos de controle das cadeias de valor, aquelas que são estratégicas e que puxam todo o sistema produtivo. Fortaleceu seus bancos estatais e os usou como estratégia de gasto público (de política fiscal) na distribuição de recursos para investimentos públicos e privados. Utilizou de forma ativa empresas estatais no controle das cadeias de produção como centros organizares de toda a economia. Em suas pontas, incentivou o capital privado.

O sucesso da China, que ameaça a hegemonia dos EUA, levou ao fim da ideologia da globalização (fim do neoliberalismo). Os EUA, nos anos 1980, reagiram ao sonho de potência japonesa e reestruturaram seu parque industrial, retomando a hegemonia. Isso não é mais possível hoje, dado que são as próprias corporações dos EUA que produzem na China e que dificilmente retornarão – a segunda maior planta de produção da Tesla está na China.



entram em franco declínio após ampla desindustrialização. Na ideologia neoliberal, suas indústrias foram para a China.

Neste novo cenário, novas relações econômicas e estratégias de desenvolvimento se tornam necessárias e precisam ser planejadas a partir do que o país dispõe. No Brasil, seria central retomar o controle sobre setores com elevado potencial dinâmico (como, por exemplo, Petrobras, Eletrobras e Vale do Rio Doce) e desenvolver tecnologias a partir do que existe para poder criar o que ainda não existe. A perda da hegemonia dos EUA e a ascensão da China representam um novo cenário que pode ser aproveitado de forma autônoma e criativa.

O que a história não perdoa é a promoção de uma nova onda de crescimento econômico subordinado aos interesses que não são do país, ou aos interesses chineses, que jogam o Brasil em nova dependência e o colocam de volta na categoria de primário-exportador. Trazer uma grande empresa chinesa para produzir no Brasil é louvável, mas sem uma estratégia de reindustrialização, com domínio tecnológico, será apenas repetir erros do passado.

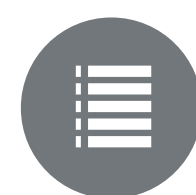
No capitalismo, o planejamento é o resultado da ação de uma elite pensante com estratégia para agregar toda a sociedade em torno de um projeto de desenvolvimento. Foi assim no Japão, onde o Estado comandou a aliança da elite nacional industrial. Foi assim na China, sob comando do Partido Comunista Chinês, que agregou todos em torno de um grande projeto nacional. Em ambos os casos, a estratégia entregou para a população o desenvolvimento com a inclusão social que prometeu.

No Brasil, na década de 1950, defendia-se que não existia uma elite capitalista para realizar um projeto nacional e por isso o entregaram ao capital estrangeiro. Essa subordinação não deu certo, como se sabe, e tornou o país uma das sociedades mais desiguais do mundo, agora de volta à categoria de primário-exportador. Se essas elites, hoje rentistas (inclusive os industriais que se aliam aos banqueiros), que vivem do fundo público, não assumem o encargo como em economias avançadas e, ao contrário, minam as tentativas do Estado em organizá-las, qual alternativa resta para construir uma estratégia de desenvolvimento nacional?

** É professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP e coordenador do World Economy Working Groupe (IIPPE).*



CLIQUE E ASSISTA



da população. Enquadrado nos parâmetros do Plano Real, que tem como norte a inserção subalterna do Brasil na ordem global, o regime de metas inflacionárias executa o desiderato do padrão da acumulação liberal-periférico.

À deriva na crise estrutural do capital, o país fica submetido a um processo de reversão neocolonial, cuja essência reside em: a) especializar a economia brasileira na divisão internacional do trabalho; b) franquear o espaço econômico nacional às operações de pilhagem e especulação das megacorporações transnacionais; c) garantir a valorização do capital fictício ancorado em dívida pública; d) adequar o nível tradicional de vida dos brasileiros às possibilidades mais rebaixadas de uma economia primário-exportadora; e) reduzir ao mínimo o gasto com políticas públicas.

A suposição de que seria possível superar as mazelas do subdesenvolvimento nos marcos do capitalismo não encontra a mais remota correspondência com a realidade. É preciso reconhecer, no entanto, que o mito do desenvolvimento nacional, visto em perspectiva histórica, nunca passou de uma quimera. Na periferia da economia mundial, a busca do desenvolvimento sempre foi um trabalho de Sísifo.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado reproduz as heterogeneidades do sistema capitalista mundial. Contam-se nos dedos as economias periféricas que conseguiram romper o círculo de ferro da dependência. Todas tiveram como pressuposto revoluções nacionais e democráticas radicais, como é o caso conspícuo da China. Na América Latina, à exceção de Cuba – um caso à parte – todas as iniciativas para enfrentar o imperialismo e a plutocracia terminaram em crises econômicas agudas e golpes militares sangrentos. A tragédia chilena talvez seja o exemplo mais paradigmático das esperanças e frustrações do desenvolvimentismo.

No Brasil, o desenvolvimento nacional como projeto de Estado teve existência curta. A industrialização nacional como objetivo central da política econômica consolidou-se em 1937, com o advento do Estado Novo, e foi abandonada em 1964, com a derrota das Reformas de Base pela ditadura militar. A consolidação do poder burguês como contrarrevolução cristalizou o regime de segregação social e o controle da economia pelo capital internacional – a dupla articulação que bloqueia a organização da vida material da sociedade em função das necessidades do conjunto da população.

Antes de 1937, elites aculturadas, condicionadas por algum tipo de “inibição mental” – para utilizar uma expressão de Celso Furtado – deixavam o país a reboque das vicissitudes do padrão ouro. Após 1964, sob a batuta de uma burguesia americanizada, a industrialização nacional foi sacrificada em nome da industrialização a qualquer custo, a reboque da mimetização dos padrões de consumo e estilo de vida das econo-



mias centrais, impulsionada pelo capital internacional e financiada pela concentração de renda.

No embalo do “milagre econômico”, a modernização conservadora, que parecia indicar que o Brasil chegaria ao “primeiro mundo”, nos estertores da ditadura militar, acabou desvelando sua verdadeira natureza, culminando trágica e melancolicamente na tutela formal do FMI sobre a política econômica. A industrialização por substituição de importações, voltada para a modernização dos padrões de consumo, foi determinada por uma conjuntura histórica externa e interna muito específica, que, ao se desfazer, acabou selando a sua própria sorte.

Após 1990, a progressiva liberalização econômica liquidou o que ainda restava do simulacro de sistema econômico nacional. A especialização regressiva das forças produtivas na divisão internacional do trabalho transformou o Brasil numa megafabriga moderna. No projeto estratégico da burguesia, o futuro é o passado. O latifúndio é pop!

O acirramento da crise capitalista, patente na exaustão da ordem global e na aceleração do colapso climático, potencializa perigosamente o caráter pernicioso da acumulação de capital. A contradição insolúvel entre integração das forças produtivas em escala planetária e reprodução da relação capital-trabalho em bases nacionais solapa a capacidade do Estado burguês de limitar as aberrações do capital, agrava as desigualdades sociais e intensifica as rivalidades nacionais. A expansão desenfreada da riqueza e do consumo, desvinculada das necessidades humanas, e a transformação das forças produtivas em forças destrutivas aprofundam a ruptura metabólica entre a sociedade burguesa e a natureza, colocando na ordem do dia a própria possibilidade de extinção da vida no planeta. Para as economias atrasadas, o marco histórico é particularmente adverso.

Nesse contexto, a glorificação do desenvolvimentismo, em qualquer de suas variantes, seja como desenvolvimento nacional ou simplesmente como elevação da produtividade do trabalho e exaltação da riqueza material, é um engodo. A primeira, como vimos, está além das possibilidades históricas concretas. A segunda – uma versão edulcorada do crescimento – equivale a imaginar ser possível que um cachorro louco possa se curar da raiva mordendo a própria cauda.

Para frear a barbárie capitalista, é preciso ir além do capital e reconstruir o modo de viver e produzir da sociedade, tendo como referência o princípio da igualdade substantiva e uma ética da frugalidade. Trata-se de uma tarefa hercúlea. Aos poucos, catástrofes sem fim imporão a necessidade de uma economia da sobrevivência, alicerçada na cooperação e solidariedade entre trabalhadores livremente associados, como único antídoto efetivo à barbárie.



Muito mais do que o resgate de um desenvolvimentismo negado pela realidade, o controle do Homem sobre seu destino – a legítima concepção de desenvolvimento – depende da capacidade de a sociedade: a) organizar a produção em função das necessidades efetivas da população; b) definir as necessidades sociais levando em consideração a essencialidade e a qualidade dos valores de uso; c) priorizar políticas públicas que garantam a proteção social e fomentem o desenvolvimento humano; d) enfrentar a emergência climática e promover um modo de vida condizente com uma relação harmônica entre a humanidade e o meio ambiente; e, por fim, e) condicionar a expansão das forças produtivas ao aumento do tempo livre das pessoas – a verdadeira riqueza do ser humano.

** É professor aposentado do Instituto de Economia da Unicamp, editor do site Contrapoder e membro da Rede de Professores Universitários em Defesa da Palestina.*



CLIQUE E OUÇA



a partir de práticas subnacionais de sucesso pode ajudar na estruturação de uma estratégia nacional coesa.”

Em linha semelhante, o “PAC Seleções apoia projetos dos estados e municípios voltados para a melhoria da qualidade de vida em áreas urbanas e rurais, tornando-as mais resilientes a emergências climáticas e reduzindo as desigualdades regionais. Os projetos incluem a urbanização de favelas, a produção de habitação, a regularização fundiária, o saneamento, melhorias em espaços públicos, a renovação da frota de ônibus e a modernização do sistema ferroviário (Casa Civil, 2024).”

Uma orientação importante envolve a articulação interministerial em torno de missões estratégicas. “Uma abordagem orientada por missões e integrada ao governo permite que os ministérios trabalhem juntos em direção a objetivos comuns, garantindo que o todo seja maior do que a soma das partes.”

“O Governo do Brasil orientou suas principais iniciativas em torno de uma visão clara – de crescimento sustentável e inclusivo que dê origem a um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas experimentem qualidade de vida, dignidade e respeito à diversidade (Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023).”

Não se trata, portanto, de uma questão de saber o que deve ser feito. Inclusive, os ODS, com os seus 17 objetivos e 169 metas, pacto do qual o Brasil é signatário, definem claramente os rumos. A implementação dos ODS nos municípios constitui um caminho evidente, metas concretas que são suficientemente diferenciadas para serem aplicadas nos mais variados territórios.

Portanto, sabemos o que deve ser feito e temos os recursos necessários. Nunca é demais lembrar que o PIB do Brasil, dividido pela população, equivale a 17 mil reais por mês por família de quatro pessoas. Em termos tecnológicos, o Brasil já não é um país atrasado, construímos Itaipu, temos bons técnicos nas mais variadas áreas. O desafio real é a dramática subutilização dos nossos potenciais, com elites que travam as iniciativas públicas, drenam as capacidades produtivas do setor privado e enriquecem através de mecanismos financeiros. A financeirização gera o que internacionalmente já se chama de *extractive capitalism*, ou de *rentier capitalism*, ou ainda, na expressão de Zygmunt Bauman, de capitalismo parasitário.

O entrave, portanto, não é econômico, nem tecnológico: é essencialmente político. Dizer que temos de manter a austeridade, a responsabilidade fiscal, quando estamos transferindo, por meio da atual taxa Selic, mais de um trilhão de reais, cerca de 10% do PIB, para aplicadores financeiros improdutivos é simplesmente absurdo. Enrique-



ção do Estado e o livre mercado são úteis para o país. É uma visão política dos objetivos da nação. Outra coisa é quando os postos políticos são comprados por corporações, hoje simultaneamente nacionais e internacionais, e políticos passam a representar diretamente interesses privados, por vezes de corporações específicas. Não se trata de visões “de direita”, se trata de interesses privados específicos.

O STF levou 18 anos, até o fim de 2015, para constatar que o financiamento corporativo das campanhas políticas violou o artigo primeiro da Constituição, que reza que todo poder emana do povo. O mal estava feito, e o poder corporativo visto acima, no quadro da financeirização, se manifesta hoje com um poder público que se tornou privado. Sem dúvida temos oportunistas tradicionais na política, e o Centrão pode ser apresentado assim. Mas hoje se trata de uma apropriação estruturada dos espaços públicos. Os Estados Unidos, onde a compra dos políticos foi legalizada a partir de 2010, e continua valendo, e ver Trump na “inauguração”, rodeado dos seus 13 bilionários, nos dá uma imagem perfeita da deformação estrutural.

Nosso problema não é identificar o que deve ser feito, nem de financiar as iniciativas, e sim de resgatar a dimensão pública da política. Não é uma questão econômica, no sentido de falta de recursos, e sim de organização política e social, para assegurar o seu uso produtivo. Criticar o governo porque não faz o bastante é compreensível, mas o essencial é denunciar a máquina que trava a sua ação.

** É professor titular da PUC-SP e autor de numerosos livros e estudos técnicos disponíveis gratuitamente em <https://dowbor.org>. Ver em particular Resgatar a Função Social da Economia (2022) e O Pão Nosso de Todo Dia: opções econômicas para sair da crise (2021).*



CLIQUE E ASSISTA



de rumo a cada transição política são prejudiciais ao crescimento da Petrobrás e, por conseguinte, a segurança energética do país. Na presença de uma “Convenção Desenvolvimentista”, a despeito da mudança do comando partidário do país, a visão da Petrobrás como empresa pública essencial para um projeto de desenvolvimento do país se manteria inabalado.

No nosso presente, a “Convenção Neoliberal” ainda possui forte presença do Estado brasileiro. Mesmo no governo Lula 3, ela ainda dispõe de grande influência sobre a burocracia do Executivo, sobre parte muito grande do Legislativo e se mantém praticamente inabalada no Judiciário. Pode-se se estender esta análise aos entes sub-nacionais. A presença maciça dos militares no governo Bolsonaro demonstrou como também as forças armadas são adeptas de suas ideias.

O desafio posto pela conjuntura mundial que demanda soluções urgentes para as mudanças climáticas promoveu o retorno do pensamento próximo da visão desenvolvimentista para grande parte das elites mundiais. A necessidade da transformação ecológica contribui para discussão de temas como planejamento econômico, financiamento de longo prazo, adoção de novas tecnologias, papel do estado etc.

A superação da “Convenção Neoliberal” por uma nova “Convenção Desenvolvimentista” requererá a formação de uma aliança política ao redor de um novo pacto social, onde a questão nacional e centralização da estratégia de desenvolvimento na melhora das condições de vida da classe trabalhadora deverão ser aspectos centrais para nos aproximarmos do futuro imaginado por Zweig para o Brasil.

** É professor associado do DeCE/UFRRJ e do PPGER/UFRRJ e coordenador do Centro de Estudos da Economia do Mar (Ceemar/UFRRJ)*

Referências

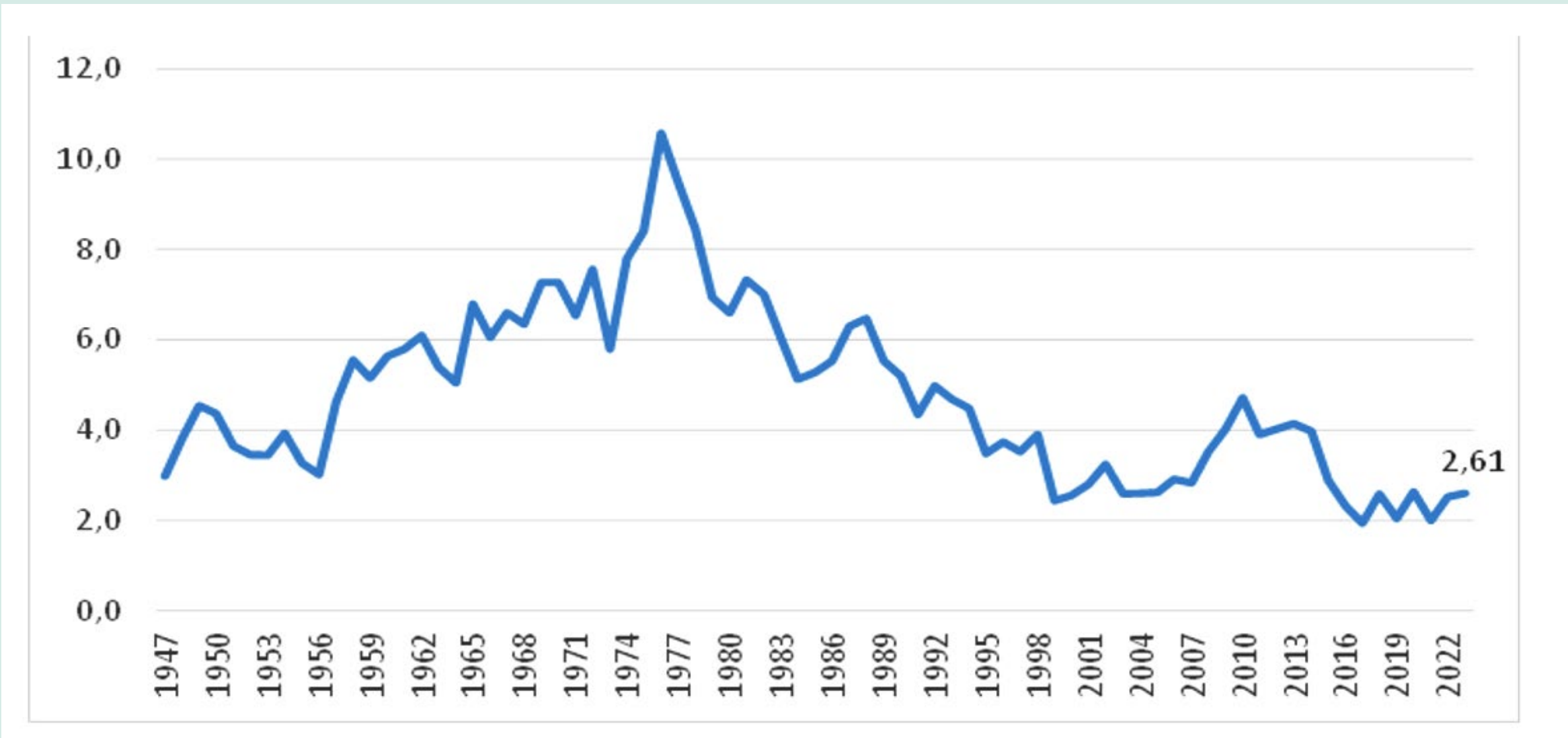
Thury, Leonardo Amorim., FREITAS, Alexandre Jeronimo. (2010) “O poder das ideias e as ideias do poder: a vitória da convenção neoliberal a partir da crise econômica mundial da década de 1970”. Revista Oikos, Vol 9, n. 2.

ERBER, Fábio (2011) “As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política”. Revista de Economia Política, V.31, N.1.

SÁ-EARP, Fábio (2000). “A tríplice revolução da geração keynesiana: notas sobre a dinâmica da difusão das idéias econômicas”, Ensaios FEE, Porto Alegre, vol.21, n.2.



Brasil - Investimento Público (% PIB) - 1947/2022



Fonte: IBGE e FGV

orientar todo o esforço para a geração de superávit primário no balanço das contas públicas, bem como a busca de levar a cabo programas de redução de gastos orçamentários.

Um dos resultados mais visíveis de tal processo foi a redução significativa e constante da capacidade de investimento do setor público. Além da obsessão em promover quedas nas despesas do governo de forma generalizada, a venda de empresas estatais verificada ao longo da década de 1990 também contribuiu sobremaneira para a diminuição dos índices e valores de investimento governamental. Afinal, o parque estatal na siderurgia, a atividade de uma grande empresa mineradora como a Vale e os conglomerados públicos em setores como energia elétrica e telecomunicações operavam como multiplicadores relevantes da capacidade estatal sobre o investimento agregado.

O gráfico abaixo apresenta de forma cristalina o comportamento da variável investimento público ao longo das últimas 8 décadas. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, tem início uma tendência de elevação do investimento do Estado, com um pico durante a década de 1970. Essa fase do chamado “milagre econômico” durante a ditadura militar expõe uma aparente contradição entre o discurso liberal dos responsáveis pela economia à época e a prática de governos que se utilizavam da presença do Estado na economia para algum projeto tímido de Nação. A partir da década de 1980, no entanto, tem início uma redução da capacidade de investimento público e tal período é seguido pela fase de ouro das políticas neoliberais. Já durante os dois primeiros mandatos de Lula e o primeiro de Dilma Roussef esse processo é parcialmente revertido, com a retomada de alguma capacidade de investimento do Estado.



dam às necessidades da grande maioria da população e com a constituição de um modelo social e econômico que assegure a soberania nacional na relação do Brasil com o resto do mundo.

** É doutor em Economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.*

1 Sarney diz na TV que Carta deixa país ‘ingovernável.’ Folha de São Paulo, 27 de julho de 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/120329/1988_26%2520a%252031%2520de%2520Julho_032d.pdf?sequence=3

2 Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp200.htm.





mecanismos de controle de gastos, mas não exatamente um “teto de gastos” como o implementado no Brasil. Por exemplo, alguns países têm regras fiscais que limitam o déficit orçamentário ou a dívida pública, mas essas regras são diferentes do teto de gastos brasileiro” (fonte: FMI).

2 Fluxo de entrada de investimentos estrangeiros de 133 bilhões de dólares no biênio; crescimento do emprego formal, com mais de 3 milhões de novos empregos no biênio 2023-2024; transferência de R\$ 170,4 bilhões pelo Bolsa Família e retirada de 24,4 milhões de pessoas do Mapa da Fome em dois anos.

3 O espírito austericida do teto de gastos se manteve no novo Arcabouço Fiscal, proibindo que as despesas cresçam mais de 70% do ritmo da elevação das receitas e mantendo a meta de zerar o déficit primário.

4 Estão em estudo novas exigências de conteúdo nacional em áreas da saúde, defesa, energia (placas fotovoltaicas e componentes eólicos) e infraestrutura (material rodante e maquinário).

5 Sendo R\$ 79,8 bilhões de recursos públicos e R\$ 33,1 bilhões do setor privado. Os investimentos públicos incluem o PAC Defesa, com R\$ 31,4 bilhões para projetos como o caça Gripen, o cargueiro KC-390, viaturas blindadas, fragatas e submarinos.

6 As exportações de produtos de defesa têm se destacado nos dois últimos anos. Em 2024, o Brasil exportou US\$ 1,8 bilhão em produtos de defesa, aumento de 22% em relação a 2023. No ano anterior, haviam somado US\$ 1,5 bilhão, um crescimento expressivo de 123% em comparação a 2022.



CLIQUE E OUÇA



têm apresentado expansão de forma complementar. Os bancos públicos, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm cumprido importante papel neste sentido, tanto no financiamento e participação na forma de *Private Equity*, quanto na estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões públicas ao setor privado.

No mercado financeiro privado, as empresas captaram R\$ 541 bi entre janeiro e setembro de 2024, maior volume da série iniciada em 2012 e 15,9% superior ao período homólogo de 2023. As emissões de debêntures chegaram a R\$ 325,6 bilhões, especialmente em infraestrutura e gestão ordinária. A distribuição por setores aponta para energia elétrica com 23,5%, transporte e logística, 16,5% e saneamento, 8,6%.

Essa expansão ocorreu concomitantemente ao retorno do BNDES como fomentador da infraestrutura, indústria e serviços, retomando sua função precípua de banco de desenvolvimento. Mais uma evidência de que o financiamento público não compete, pelo contrário, incentiva o desenvolvimento do mercado de capitais.

Em 2024 as aprovações de crédito do BNDES atingiram R\$ 212,6 bilhões, o que representou um incremento de 22% comparativamente a 2023 e de 61% a 2022. A inadimplência é próxima de zero, dados os rígidos padrões de exigências de garantias seguidos nas operações.

A combinação entre financiamento público e mercado privado tem sido e continuará sendo fundamental para os aportes em infraestrutura, indústria, comércio e serviços e no fomento à transição energética, demandas das crises climáticas, digitalização e inclusão social, assim como para o desenvolvimento brasileiro.

** É economista, professor-doutor do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUCSP, ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e assessor da presidência e membro da Comissão de Estudos Estratégicos do BNDES. O artigo não reflete, necessariamente, a visão das entidades às quais o autor está vinculado.*



CLIQUE E OUÇA



mics, 44:629-646, Doi:10.1093/cje/bez063.

Palma, G. (2005). Four sources of de-industrialisation and a new concept of the Dutch disease, in Ocampo, J.A (comp.), *Beyond reforms: Structural dynamic and macroeconomic vulnerability*. Palo Alto: Stanford University Press/Banco Mundial.

_____ (2019). Desindustrialización, desindustrialización “prematura” y “síndrome holandés”, *El Trimestre Económico*, vol. LXXXVI (4), núm. 344, pp. 901-966. doi: 10.20430/ete.v86i344.970, 2019





*** É mestre e doutorando em Economia pelo Programa de Pós-graduação da UFF e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema-IE/UFRJ) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e o Marxismo (Niep-Marx/UFF).*

1 “Casa de trabalho” para pessoas em estado de miserabilidade, em geral separadas por sexo, em que se trabalhava em troca de refeições.

2 The Great Unpaid se refere aos juízes não remunerados na Inglaterra naquele período histórico.

3 Em 1871, Marx publica a Terceira Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, que está inserida na edição da Boitempo (esta é composta pelos rascunhos de Marx e cartas dele e de Engels sobre a Comuna de Paris).

4 <https://cemflores.org/2021/04/23/comuna-de-paris-declaracao-ao-povo-frances-de-19-de-abril-de-1871/>

Referências

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007 [1988].

BONENTE, B. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: EDUFF, 2016.

MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1871].



